

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL nº 1814520 - SP (2019/0138047-7)**

**RELATOR : MIN. PAULO DE TARSO SANSEVERINO**

RECORRENTE : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS  
ADVOGADOS : ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA E OUTRO(S) -  
PE016983  
: DENIS ATANAZIO - SP229058  
: CLÁUDIA VIRGÍNIA CARVALHO PEREIRA DE MELO -  
PE020670  
RECORRIDO : FAGNER SERAPIAO  
RECORRIDO : JADERSON FRANCISCO DE SOUZA MOURA  
RECORRIDO : JOAO ANTONIO BASILIO MARTINS PEREIRA  
RECORRIDO : JORGE MAXIMO DA SILVA  
RECORRIDO : JOSE CARLOS BARBOSA  
RECORRIDO : JOSE CARLOS FRANCA DE ALMEIDA  
RECORRIDO : JOSE CARLOS LOUSADO  
RECORRIDO : JOSE INACIO  
RECORRIDO : JOSE SANTANA DA SILVA  
RECORRIDO : LAERCIO FRIAS RODRIGUES  
RECORRIDO : LEONICE BARBOZA RAMOS  
RECORRIDO : LILIAN CRISTINA TEIXEIRA DO NASCIMENTO  
RECORRIDO : LINDOMAR NUNES  
RECORRIDO : LUCIANA DA SILVA BARBOZA  
RECORRIDO : MARCELO DE ALMEIDA  
ADVOGADOS : HENRIQUE STAUT AYRES DE SOUZA E OUTRO(S) - SP279986  
: JULIANO KELLER DO VALLE - SP302568

## **EMENTA**

*RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CPC/1973. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE SECURITÁRIA. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. INTERESSE JURÍDICO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. ANÁLISE SOBRE A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. REPERCUSSÃO GERAL DO TEMA RECONHECIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DETERMINAÇÃO DE RETORNO DOS AUTOS À CORTE DE ORIGEM.*

## **DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS em face de acórdão do TJSP, assim ementado:

# *Superior Tribunal de Justiça*

*SEGURO HABITACIONAL — INDENIZAÇÃO — PEDIDO DE INGRESSO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NA LIDE, DESLOCANDO, A COMPETÊNCIA PARA O PROCESSAMENTO DO FEITO PARA A JUSTIÇA FEDERAL — INADMISSIBILIDADE — QUESTÃO QUE JÁ FOI APRECIADA EM DEFINITIVO EM RECURSO ANTERIOR - PRAZO PRESCRICIONAL DAS AÇÕES PESSOAIS — DEFEITOS CONTÍNUOS E PERMANENTES — IMPOSSIBILIDADE DE PRECISAR O TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO — PRELIMINARES REJEITADAS.*

*INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA — SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO - LAUDO PERICIAL BEM FUNDAMENTADO E CONCLUSIVO - DANOS FÍSICOS RELACIONADOS COM A UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS DE MÁ QUALIDADE — INTERPRETAÇÃO QUE DEVE LEVAR EM CONTA OS ASPECTOS SOCIAIS DA CONTRATAÇÃO — COBERTURA DEVIDAMENTE RECONHECIDA - MULTA DECENDIAL DEVIDA AO MUTUÁRIO - AÇÃO PROCEDENTE — DECISÃO MANTIDA — RECURSO NÃO PROVIDO.*

No recurso especial, interposto com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, a recorrente aduziu, dentre outras matérias, a necessidade de intervenção da Caixa Econômica Federal, devendo os autos serem remetidos à Justiça Federal.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 1.090/1.097.

É o relatório.

Passo a decidir.

Cuida-se de recurso especial no qual se discute o interesse jurídico da Caixa Econômica Federal - CEF em ingressar em demanda referente a seguro habitacional vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação e coberto pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, questão determinante para a fixação da competência entre as justiças comum federal e estadual.

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial n.º 1.091.363/SC, submetido ao rito dos repetitivos, firmou orientação de que haverá potencial interesse jurídico da CEF para integrar a lide, nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro

# *Superior Tribunal de Justiça*

Habitacional - SFH, somente nos contratos celebrados entre 2/12/1988 a 29/12/2009 - período compreendido entre as edições da Lei 7.682, de 1988, e da MP n. 475, de 2009 -, cujo instrumento esteja vinculado ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS. A não vinculação do contrato ao FCVS - apólices privadas - revela carência de interesse jurídico da CEF a justificar sua intervenção na lide.

A propósito:

*RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. AÇÃO EM QUE SE CONTROVERTE A RESPEITO DO CONTRATO DE SEGURO ADJECTO A MUTUO HIPOTECÁRIO. LITISCONSÓRCIO ENTRE A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/CEF E CAIXA SEGURADORA S/A. INVIABILIDADE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. LEI N. 11.672/2008. RESOLUÇÃO/STJ N. 8, DE 07.08.2008. APLICAÇÃO.*

*1. Nos feitos em que se discute a respeito de contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo, por envolver discussão entre seguradora e mutuário, e não afetar o FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais), inexistente interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário, sendo, portanto, da Justiça Estadual a competência para o seu julgamento. Precedentes.*

*2. Julgamento afetado à 2ª. Seção com base no Procedimento da Lei n. 11.672/2008 e Resolução/STJ n. 8/2008 (Lei de Recursos Repetitivos).*

*3. Recursos especiais conhecidos em parte e, nessa extensão, não providos. (REsp 1.091.363/SC, Rel. Ministro CARLOS FERNANDO MATHIAS - JUIZ FEDERAL CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO -, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/03/2009, DJe de 25/05/2009)*

Posteriormente, no julgamento do recurso de embargos declaratórios, o acórdão integrativo do referido repetitivo consignou que, mesmo na hipótese de que o seguro firmado seja apólice pública, o interesse jurídico da CEF se caracterizará mediante prova documental de que existe comprometimento do FCVS, com risco efetivo de exaurimento da reserva técnica do Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice - FESA.

A propósito:

# *Superior Tribunal de Justiça*

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL. SFH. SEGURO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. INTERESSE. INTERVENÇÃO. LIMITES E CONDIÇÕES. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. ART. 543-C DO CPC.**

*1. Nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro Habitacional - SFH, a Caixa Econômica Federal - CEF - detém interesse jurídico para ingressar na lide como assistente simples somente nos contratos celebrados de 02.12.1988 a 29.12.2009 - período compreendido entre as edições da Lei nº 7.682/88 e da MP nº 478/09 - e nas hipóteses em que o instrumento estiver vinculado ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS (apólices públicas, ramo 66).*

*2. Ainda que compreendido no mencionado lapso temporal, ausente a vinculação do contrato ao FCVS (apólices privadas, ramo 68), a CEF carece de interesse jurídico a justificar sua intervenção na lide.*

*3. O ingresso da CEF na lide somente será possível a partir do momento em que a instituição financeira provar documentalmente o seu interesse jurídico, mediante demonstração não apenas da existência de apólice pública, mas também do comprometimento do FCVS, com risco efetivo de exaurimento da reserva técnica do Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice - FESA, colhendo o processo no estado em que este se encontrar no instante em que houver a efetiva comprovação desse interesse, sem anulação de nenhum ato anterior.*

*4. Evidenciada desídia ou conveniência na demonstração tardia do seu interesse jurídico de intervir na lide como assistente, não poderá a CEF se beneficiar da faculdade prevista no art. 55, I, do CPC.*

*5. Na hipótese específica dos autos, tendo sido reconhecida a ausência de vinculação dos contratos de seguro ao FCVS, inexistente interesse jurídico da CEF para integrar a lide.*

*6. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, sem efeitos infringentes. (EDcl nos EDcl no REsp 1.091.363/SC, SEGUNDA SEÇÃO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Rel. p/ acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, julgado em 10/10/2012, DJe de 14/12/2012)*

No entanto, verifica-se que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário n.º 827.996/PR, por maioria de votos, reconheceu a repercussão geral da matéria relativa à possível existência de interesse jurídico da Caixa Econômica Federal para ingressar como parte ou terceiro interessado nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e, consequentemente, à competência da Justiça Federal para o

# *Superior Tribunal de Justiça*

processamento e o julgamento das ações dessa natureza.

Nesse contexto, por medida de economia processual e para evitar decisões dissonantes entre a Corte Suprema e o Superior Tribunal de Justiça, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução do recurso extraordinário afetado, viabilizando, assim, o juízo de conformação, atualmente disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC de 2015.

Este entendimento, inclusive, foi referendado por todos os Ministros que compõe a Terceira Turma, no julgamento do REsp 1658162/SP:

*CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO SUBMETIDO AO CPC/73. AÇÃO INDENIZATÓRIA. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. INTERESSE DA CEF. COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO DA DEMANDA. REPERCUSSÃO GERAL DA MATÉRIA RECONHECIDA PELO STF. SUSPENSÃO DO FEITO. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. DECISÃO MANTIDA.*

*1. Aplica-se o CPC/73 a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

*2. Distinguishing não verificado.*

*3. De acordo com os arts. 1.039, 1.040 e 1.041 do NCPC, que dispõem sobre a atuação do Tribunal de origem após o julgamento do recurso extraordinário submetido ao regime de repercussão geral ou do recurso especial submetido ao regime dos recursos repetitivos, há a previsão da negativa de seguimento dos recursos, da retratação do órgão colegiado para alinhamento das teses ou, ainda, a manutenção do acórdão divergente, com a remessa dos recursos aos Tribunais correspondentes.*

*3. Assim, por cautela e economia processual, e também para evitar decisões dissonantes entre o STF e este STJ, impõe-se a devolução dos autos ao Tribunal de origem para lá aguardar o desfecho do recurso extraordinário admitido com repercussão geral.*

*4. Agravo interno não provido.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

(AgInt no REsp 1658162/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/08/2019, DJe 28/08/2019)

**Ante o exposto, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que lá permaneçam suspensos até a publicação do acórdão a ser proferido no RE n.º 827.996/DF, observando-se o disposto nos arts. 1.039 e 1.040, ambos do Código de Processo Civil/2015.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 22 de outubro de 2019.

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**

